



A NAÇÃO E SEUS OUTROS: O NACIONALISMO E A CONTRA-INSURGÊNCIA NO DISCURSO DA CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA (CAL)¹

*LA NACIÓN Y SUS OTROS: EL NACIONALISMO Y LA CONTRAINSURGENCIA
EN EL DISCURSO DE LA CONFEDERACIÓN ANTICOMUNISTA
LATINOAMERICANA (CAL)*

*THE NATION AND ITS OTHERS: NATIONALISM AND
COUNTER-INSURGENCY IN THE DISCOURSE OF THE LATIN AMERICAN
ANTICOMMUNIST CONFEDERATION (CAL)*

André Kayse² 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Resumo: Este trabalho aborda as representações da nação e do nacionalismo no discurso ideológico da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), capítulo regional da Liga Mundial Anticomunista (WACL), rede mundial de extrema-direita, atuante entre os anos 1960-1980. Para tanto, me apoiarei em pesquisa documental com fontes primárias dessa organização. Parto da hipótese da ambiguidade ideológica intrínseca ao nacionalismo, para demonstrar como o discurso da CAL, combinando uma concepção organicista da nação com a doutrina de segurança nacional (DSN), disputou a nação como terreno de significado com seus inimigos da esquerda, em uma conjuntura em que também se via confrontado pelo discurso em defesa dos Direitos Humanos, vindo dos Estados Unidos, seus aliados tradicionais.

Palavras-chave: Confederação Anticomunista Latino-americana; Nacionalismo; Contrainsurgência; América Latina.

¹ Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que por meio do Auxílio à pesquisa regular, no. De processo 2019/21266-5, tornou possível a presente pesquisa.

² Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciência Política da UNICAMP, diretor do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e coordenador do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL). E-mail: akaysel@unicamp.br

Resumen: El presente artículo discute las representaciones de la nación y del nacionalismo en el discurso de la Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), capítulo regional de la Liga Mundial Anticomunista (WACL), red transnacional de la extrema-derecha, actuante entre los años 1960-1980. Con ese objetivo, me apoyaré en investigación documental con fuentes primarias de esa organización. Partiendo de la hipótesis de la ambigüedad intrínseca al nacionalismo, buscaré demostrar cómo el discurso de la CAL, combinando una concepción organicista de la nación con la doctrina de seguridad nacional (DSN), disputó la nación como terreno de significado con sus enemigos de la izquierda, en una coyuntura en que fue confrontado con el discurso en defensa de los Derechos Humanos, venido de los Estados Unidos, sus aliados tradicionales.

Palabras-clave: Confederación Anticomunista Latinoamericana; Nacionalismo; Contrainsurgencia; América Latina.

Abstract: This paper discusses the representations of nation and nationalism in the discourse of the Latin American Anticommunist Confederation, a regional chapter of the World Anticommunist League (WACL), a transnational network of the far-right, active during the 1960s-1980s. With this purpose, this investigation is based upon documental research with that organization's primary sources. Departing from the hypothesis of the intrinsic ideological ambiguity of nationalism, I shall seek to demonstrate how CAL's discourse, combining an organicist conception of the nation and the national security doctrine (NSD), disputed the nation as a terrain of meaning with its enemies of the left, in a conjuncture were it was confronted with the discourse in defense of Human Rights, coming from the United States, its traditional ally.

Key-words: Latin American Anticommunist Confederation; Nationalism; Counter-insurgency; Latin America.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2024.211354](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2024.211354)

*Recebido em: 30/04/2023
Aprovado em: 29/08/2024
Publicado em: 31/08/2024*

1. Introdução

Em abril de 1979, teve lugar em Assunção (Paraguai), sob os auspícios da ditadura de Alfredo Stroessner, o XII. Congresso da Liga Mundial Anticomunista (WACL, por sua sigla em inglês), sob o lema “Unidos Venceremos, A Liberdade É Inegociável”, reunindo centenas de delegados,

representando organizações de dezenas de países (Soler, 2018). Na ocasião, a delegação dos anfitriões do evento apresentou uma resolução, propondo aos representantes ali presentes que solicitassem, por meio de seus respectivos governos, alterações na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). O texto fazia as seguintes considerações iniciais, sobre o documento fundador da ONU e sobre a atual situação mundial:

Que dicha Carta, en numerosos artículos se dedica a consagrar los derechos humanos del individuo, en forma puramente enunciativa, sin señalar en uno solo de ellos las obligaciones que en forma correlativa deben corresponder a cada persona, como condición para que los referidos derechos sean realmente válidos.

Que actualmente numerosas Naciones están siendo avasalladas en su Soberanía, Independencia e Integridad territorial, mediante el empleo de la fuerza brutal por parte del imperialismo Comunista, sanguinario, genocida y ateo, que sin ningún escrúpulo sojuzga Pueblos, asesina a mansalva a poblaciones enteras, destruye a culturas, provoca el éxodo de millones de seres humanos, sin que ni las Naciones Unidas ni los Organismos Internacionales, se erijan en defensa de sus derechos ni condenen la descarada agresión marxista, como ocurrió con Angola, Camboya, Laos, Vietnam y otros. Que a esta acción armada, abierta y desembozada, debe sumarse la agresión ideológica y la guerra revolucionaria que en forma permanente desarrolla el comunismo contra la integridad cultural de nuestros pueblos;(…). (WACL, 1979a, p. 1)

Desse modo, de um lado, o documento diagnosticava a desatualização da carta fundacional da ONU, diante da “complexidade” do panorama mundial, atribuindo tal descompasso a uma definição “abstrata” dos direitos humanos individuais, sem estabelecer as “obrigações” de cada indivíduo para fazer jus a tais direitos. Por outro lado, os autores da resolução assinalavam no “imperialismo comunista” – adjetivado como “sanguinário”, “genocida” e “ateu” - a grande ameaça, não apenas à soberania dos povos, mas também à sua integridade territorial e cultural, seja por meio da violência armada, seja por meio da “propaganda ideológica”, ambas parte de uma estratégia de “guerra revolucionária permanente” que teria por escopo a submissão política e a descaracterização cultural das nações, perante a qual a ONU e as demais instituições internacionais seriam impotentes.

Em função desse diagnóstico, os redatores da moção faziam a seguinte proposta:

EL XII CONGRESO DE LA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA (W A C L)
RESUELVE:

Art. IB - Disponer que los Capítulos Nacionales que componen la Liga Mundial Anticomunista (WACL),peticionen por todos los medios a su alcance, ante sus respectivos Gobiernos, para que éstos adopten las medidas tendientes a posibilitar la actualización de la Carta de las Naciones Unidas en el Capítulo referente a los Derechos Humanos.

Art, 2B - Estas modificaciones deberán contener normas que establezcan las obligaciones y responsabilidades de la persona humana,frente a los derechos de que goza.

Asimismo, deberán incorporarse a la Carta disposiciones que permitan salvaguardar la Independencia, la Soberanía, la Integridad territorial, la vigencia de la Cultura y la Paz de las Naciones, derechos que deben ser disfrutados por todos los Pueblos de la Tierra, sin interferencias de ninguna laya. (WACL, 1979a, p.2)

Assim, a resolução postula claramente uma restrição dos direitos humanos individuais, em função de direitos coletivos que lhes seriam superiores: à “soberania”, “integridade territorial” e “vigência cultural” das nações, que não deveriam sofrer quaisquer interferências. É em relação a tais direitos das coletividades nacionais que se refeririam as “obrigações” que os indivíduos deveriam contrair, para que fossem válidos seus direitos humanos.

Dessa maneira, se está diante de uma variante do discurso anticomunista que inscreve a nação e o nacionalismo em seu cerne, não apenas opondo o internacionalismo comunista à “soberania nacional”, mas também esta última ao ordenamento internacional, de inspiração liberal-democrática, que passou a vigorar após a II. Guerra Mundial, tendo na defesa universalista dos Direitos Humanos uma de suas diretrizes principais. O objetivo deste artigo é justamente o de compreender o caráter desse nacionalismo de extrema-direita, suas fontes ideológicas e suas consequências contraditórias para a própria nação que pretendia defender.

Baseando-me na bibliografia disponível e na documentação primária, levantada no Centro de Documentación y Archivo Para la Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA), vinculado à Suprema Corte de Justiça do Paraguai³, parto das seguintes hipóteses: o discurso da rede CAL-WACL

³ Sou muito grato à diretora do CDYA, Rosa Mercedes Palau e a toda sua equipe, que me receberam para duas visitas, em outubro de 2021 e abril de 2022. Também agradeço ao bolsista TTI da Fapesp, Vinicius Uchoa da Silva e

combinaria uma concepção organicista da nação – herdada da extrema-direita do “entre guerras” – com a chamada doutrina de segurança nacional (DSN) da Guerra Fria, que assinalaria no comunismo a principal ameaça, interna e externa, às nações soberanas. Contudo, isso não a impediria de assumir com frequência um vocabulário político semelhante ao de seus próprios inimigos, disputando com as esquerdas a nação, enquanto um campo de significado comum. Tais coincidências discursivas se dariam em uma conjuntura na qual a CAL-WACL também se via confrontada pelo discurso em defesa dos Direitos Humanos, vindo inclusive dos Estados Unidos, seu tradicional aliado.

Esse argumento será desenvolvido em três movimentos. Em um primeiro momento, após uma breve recuperação da história e do perfil da rede conformada pela WACL e pela CAL, discutirei alguns problemas metodológicos envolvendo o nacionalismo enquanto discurso ideológico. Já na seção seguinte, retomarei as fontes primárias da CAL-WACL, para melhor caracterizar o lugar do nacionalismo em seu discurso político, explicitando seus nexos com a DSN, bem como a disputa simultânea com o inimigo comunista e os adversários liberais do próprio campo ocidental. Por fim, nas considerações finais, abordarei as contradições intrínsecas a um nacionalismo, adscrito às fronteiras ideológicas da Guerra Fria, voltado sobretudo contra uma parte das próprias populações nacionais.

2. A Internacional Anticomunista e o Nacionalismo⁴

As raízes da WACL devem ser buscadas nos estertores da 2ª. Guerra Mundial, quando algumas organizações ultranacionalistas do leste europeu, que haviam colaborado ativamente com os nazistas, - com

a doutoranda em Sociologia pela UNICAMP, Alma Concepción Monges, que me auxiliaram no levantamento do material, bem como ao historiador e fotógrafo Urano Andrade, que fez a digitalização acessível dos documentos.

⁴ Esta seção desenvolve ideias e argumentos, presentes de maneira mais sintética, em trabalho anterior, resultante da mesma pesquisa. Cf. (Kaysel, 2022).

destaque para a Organização Nacionalista Ucraniana (UOL), os *Ustachi* croatas e a “Guarda de Ferro romena - fundam o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) (Anderson; Anderson, 1986, p. 27, Abramovici, 2014, p. 116), (Machado, 2017). Uma década mais tarde, foi criada a Liga Anticomunista dos Povos da Ásia (APACL), instituída com o apoio dos governos de Taiwan e da Coreia do Sul (Anderson; Anderson, 1986, pp. 65-67, Abramovici, 2014, pp. 116-117).⁵

Já o primeiro embrião do que viria a ser a CAL surgiria com o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, na Cidade do México em 1954⁶, por iniciativa da Frente Popular Anticomunista (FPA), liderada pelo mexicano Jorge Prieto Laurens, e pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), encabeçada pelo Almirante Carlos Pena Boto.⁷ Esse primeiro congresso deu origem a Confederação Interamericana de Defesa do Continente (CIDC), que promoveria ainda mais três encontros: no Rio de Janeiro (1955), Lima (1957) e Antigua (Guatemala) (1958) (Canon Voyrin, 2017), (Bohoslavsky; Broquetas, 2018). Segundo a bibliografia sobre estes primeiros encontros anticomunistas continentais, foi neles que se produziram os primeiros contatos com o ABN e a APACL que, cerca de uma década mais tarde, redundariam na criação da WACL e da CAL, fundadas em Taipé (1967) e na Cidade do México (1972), respectivamente.

A rede conformada pelo eixo CAL-WACL, que tem merecido uma recente mas relevante bibliografia, tanto internacional como nacional,⁸ se notabilizou como a mais propriamente global das redes de militância anticomunista que proliferaram durante a Guerra Fria, além da mais intransigente e extremista dentre elas (Abramovici, 2014, p. 113). Tal

⁵ No CDYA, pode-se encontrar um informe em espanhol, em nome do capítulo taiwanês da WACL, contando a história da APACL e da WACL (WACL, 1974). Anderson e Anderson, por seu turno, enfatizam que, dada a pobreza, tanto da Coreia do Sul, como de Taiwan em meados dos anos 1950, a APACL e, posteriormente, a WACL dificilmente teriam se estabelecido sem algum tipo de aporte estado-unidense (Anderson; Anderson, 1986, p. 69).

⁶ O primeiro congresso anticomunista regional foi, em grande medida destinado a atacar o governo reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala, não por acaso deposto pelo golpe do Cel. Castillo Armas naquele mesmo ano, com o apoio decisivo dos EUA (Abramovici, 2014, pp. 118-119)

⁷ Para o perfil e a trajetória da CBA e de Pena Boto, cf. (Motta, 2000, pp. 180-187).

⁸ O Brasil participou da CAL-WACL por meio de um think-tank, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPEs), liderada pelo banqueiro Carlo Barbieri filho, constituída por empresários e profissionais liberais, muitos formados pelo publicista católico ultraconservador Gustavo Corsão (Machado; Rezende, 2019). O capítulo brasileiro da CAL organizaria o II Congresso da entidade, ocorrido no Rio de Janeiro em 1975, sob a presidência de Barbieri filho. Para a bibliografia nacional sobre a WACL e a CAL, (Machado, 2017), (Machado; Rezende, 2019) e Ribeiro (2018a, 2018b, 2019).

intransigência pode ser percebida, entre outras fontes, na seguinte resolução, aprovada no II. Congresso da CAL, celebrado no Rio de Janeiro em 1975:

Todas las entidades miembros de la CAL se obligan a combatir al comunismo y a sus cómplices, sin importar cuál sea la denominación religiosa, de partido político o de organización que adopten, empleando concretamente todo tipo de medios, no menos eficaces que los que utiliza el comunismo internacional (...); naturalmente atendiendo a las posibilidades reales de cada organización miembro de la CAL, pero procurando éstas oportunamente tomar todas las medidas adecuadas a su fortalecimiento interno y a su eficacia organizativa y de acción. (CAL, 1975)

Quatro anos mais tarde, no já referido congresso da WACL em Assunção, essa intransigência foi expressa, de maneira ainda mais cabal, na seguinte proposta de resolução da delegação guatemalteca:

CONSIDERANDO: Que la organización y el movimiento internacional de carácter totalitario, principalmente el comunismo y el socialismo, debe ser combatido con efectividad, por fuerza igual o superior;

CONSIDERANDO: Que la experiencia del mundo con la agresión comunista

frente a diversidad de entidades y enfoques de lucha opositora, inermes en cada localidad nacional, obliga a una revisión de tácticas y perspectivas. PORTANTO,

PROPONE: "

La implementación de una cruzada mundial para recuperar los valores perdidos y buscar el trabajo coordinado, a través de la cooperación moral, económica y física de las "fuerzas democrático-representativas, con vistas a constituir la PRIMERA Internacional Anticomunista. (WACL, 1979b, p. 1)⁹

Assim, a WACL, ao contrário de articulações anticomunistas internacionais anteriores se inseriu sobretudo no campo da extrema-direita. Já no que diz respeito especificamente à América Latina, a CAL tem recebido atenção por ter sido um dos âmbitos de organização da "Operação Condor", articulação entre os aparatos repressivos das ditaduras de segurança nacional sul-americanas nos anos 1970¹⁰, contribuindo

⁹ A representação da Guatemala na CAL-WACL estava a cargo do partido ultradireitista Movimiento de Liberación Nacional (MLN), fundado por Mario Sandoval Alarcón, na esteira da derrubada de Arbenz. Essa agremiação comandou, entre os anos 1970-1980, os esquadrões da morte, responsáveis por parte importante do genocídio ocorrido naquele país, cf. (Anderson; Anderson, 1986, pp. 193-194), (Rostica, 2018a, p. 328). Já para uma abordagem mais aprofundada do genocídio guatemalteco e seu lugar na história da Guerra Fria no continente, cf. (Grandin, 2004).

¹⁰ Para uma abordagem sintética da história da "Operação Condor" e seu papel na internacionalização do terrorismo de Estado, cf. (Braga, 2014). Já para um trabalho jornalístico pioneiro, com abundante informação sobre a "Condor", cf. (Calloni, 2016).

também para a cooperação destas com suas congêneres da América Central no início da década de 1980, congregando não apenas militares e policiais, mas também aparatos civis paramilitares (Rostica, 2018a, 2018b), (Machado; Rezende, 2019), (Ribeiro, 2018a, 2018b).

Tanto a literatura aqui revisada, como a documentação primária consultada, apontam para o fato de que a circulação de ideias na América Latina durante a Guerra Fria foi mais complexa do que um caminho unidirecional dos EUA para o subcontinente, passando por fluxos multidirecionais e envolvendo outros atores e conexões extracontinentais.

Um bom exemplo foi a vinculação entre uma sociedade secreta integrista mexicana, *Los Tecos*¹¹, cuja fachada pública foi a Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO), e a ditadura nacionalista do general Chang-Kai Chek, de Taiwan, crucial para a criação da CAL no início da década de 1970 (Lopez Macedonio, 2010, pp. 149-150). Deve-se acrescentar, ainda, que a extrema-direita latino-americana, parte das alianças ideológicas que sustentaram as ditaduras de segurança nacional da América do Sul e Central, possuía enraizamento em tradições políticas locais a ponto de, como se verá nas próximas seções, diante da ênfase do Presidente estado-unidense James Carter (1977-1981) nos Direitos Humanos, ensaiar certa autonomia em relação aos EUA (Soler, 2018), (Bohoslavsky, 2019, Rostica, 2019).¹²

Desse modo, para pensar a CAL-WACL como âmbito de produção e circulação do discurso anticomunista, adotarei, como referência metodológica, o conceito de circulação “transnacional”, ou de “transnacionalização” da circulação das ideias, que vem se tornando comum nos estudos históricos nas últimas décadas.¹³ Para tanto, emprego

¹¹ A Asociación Fraternal de Estudiantes de Jalisco, mais conhecida como “Los Tecos”, abreviação de “Tecolote”, espécie nativa de coruja, surgiu no estado mexicano de Jalisco, em meio à resistência católica ao programa de “educação socialista” do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), assumindo o controle de uma instituição privada de ensino superior, a já Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG), fundada em 1935. O secretário-geral da CAL, Rafael Rodríguez, não por acaso docente na referida universidade, era membro dos “Tecos”, assim como Raimundo Guerrero, presidente da confederação. Cf. (Lopez Macedonio, 2006, 2010), (Ávila, 2015). Agradeço à Professora Nashieli Loera, do Departamento de Antropologia da UNICAMP, pela tradução do termo local que dá nome aos “Tecos”.

¹² Como apontam Scott e John Lee Anderson, em seu esforço pioneiro de jornalismo investigativo, as direitas sul e centro americanas também estabeleceram, por meio da WACL, conexões com a “new right” estado-unidense, retomando as boas relações hemisféricas durante a administração Reagan. Cf. (Anderson; Anderson, 1986, p. 135).

¹³ Para o impacto dessa abordagem nos estudos sobre a Guerra Fria, cf. (Mank et al, 2017), (Marchesi, 2017).

a seguinte definição desse conceito, fornecida na introdução de uma coletânea de estudos sobre as direitas em perspectiva transnacional:

We define transnationalism as the flow and pattern of relationships across national boundaries. Our use of the term transnationalism denotes those movements, organizations, ideas, or networks that include but move beyond the nation. We distinguish the transnational from the global or the international because both of these terms imply the whole world, while transnational suggests connections among and between forces from various—perhaps many—but not necessarily all nations. Our use of transnationalism recognizes the often scattered and uneven nature of connections between and among peoples, groups, governments, and networks. (Durham; Power, 2010, p. 1)

É interessante destacar como essa chave metodológica se adequa particularmente bem à própria lógica do anticomunismo no século XX que, como apontam os próprios autores, tornou-se o principal ponto de aglutinação das direitas no plano internacional, sobretudo pelo caráter internacionalista do movimento encabeçado pelos herdeiros de Lênin (Durham; Power, 2010, p. 2). Contudo, na sequência Durham e Power advertem que a organização transnacional não deixou de representar uma dificuldade para as direitas, até pela importância que o nacionalismo tinha para grande parte desse campo político e, por isso mesmo, pelas discrepâncias entre culturas políticas locais e desconfianças mútuas. Desse modo, o principal dilema teórico para trabalhar as direitas em perspectiva transnacional está em captar as interconexões e contradições entre os planos nacionais e internacionais em sua conformação.

No caso do presente artigo, trata-se, mais especificamente, de pensar a relação entre uma rede transnacional de extrema-direita que, como se viu acima, pretendia ser uma espécie de “internacional anticomunista” e o nacionalismo, elemento ideológico que ocupava um lugar privilegiado no discurso dos atores que a compunham. Nesse sentido, cabe uma reflexão teórica acerca do lugar do nacionalismo enquanto discurso ideológico, marcado sobretudo pela ambiguidade.

Aqui, vale a pena recuperar a crítica feita pelo teórico político argentino Ernesto Laclau à abordagem de Nikos Poulantzas da ideologia fascista. A objeção de Laclau diz respeito a adscrição, por parte do teórico

grego-francês, de determinados elementos ideológicos, como o nacionalismo, por exemplo, a classes sociais específicas. Segundo ele,

This method, inspired by the metaphysical assignment to classes of certain ideological 'elements' can only lead to a multiplication ad infinitum of increasingly formal distinctions. I think the correct method is the reverse: to accept that ideological 'elements' taken in isolation have no necessary class connotation, and that this connotation is only the result of the articulation of those elements in a concrete ideological discourse. This means that the precondition for analyzing the class nature of an ideology is to conduct the inquiry through that which constitutes the distinctive unity of an ideological discourse. (Laclau, 1977, p. 99)

Desse modo, uma interpelação nacionalista não pertenceria necessariamente à burguesia ou à pequena-burguesia, seu sentido ideológico dependendo mais de sua articulação com outros elementos em uma formação discursiva particular. Ainda que meu interesse aqui não seja o pertencimento de classe do nacionalismo, mas sim seu lugar no discurso de uma organização política transnacional, defendo que se pode derivar da observação de Laclau a percepção de que o nacionalismo não pode ser *a priori* circunscrito ao campo da direita ou da extrema-direita, sendo mais um objeto de disputa entre estas e as esquerdas, como procurarei demonstrar mais abaixo.

Contudo, além do vínculo mais abstrato entre ideologia e discurso político, cabe também abordar dificuldades próprias à definição do nacionalismo enquanto ideologia. Em uma das obras seminais sobre o tema, Benedict Anderson assinala logo de saída o que denomina como “paradoxos do nacionalismo”, entre os quais inclui

a força política dos nacionalismos versus a sua pobreza, ou mesmo incoerência filosófica. Por outras palavras, ao contrário do que se passa com a maior parte dos outros “ismos”, o nacionalismo nunca produziu os seus próprios pensadores de monta [...]. (Anderson, 1993, p. 24).

Já o teórico político escocês Tom Nairn fornece uma solução sugestiva ao problema, recorrendo à metáfora do deus latino Janus, ao abordar o nacionalismo como sendo intrinsecamente bifronte do ponto de vista ideológico. Para explicar essa duplicidade o autor remete o advento do nacionalismo à natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, que obrigaria as regiões periféricas a adotar uma “marcha

forçada” para a modernidade, mas ao mesmo tempo apoiando-se em sua tradição e cultura locais, até pela ausência dos recursos econômicos e políticos com os quais contariam as regiões centrais (Nairn, 1981, pp. 339-340). Daí que o nacionalismo, movendo-se para o futuro e olhando para o passado, poderia assumir tanto formas radicais e/ou revolucionárias, como conservadoras e/ou reacionárias (Nairn, 1981, pp. 348-349).

Para os efeitos do argumento aqui desenvolvido, importa menos a explicação de fundo de Nairn, do que sua constatação de que o nacionalismo é sempre, em alguma medida, ideologicamente ambíguo e que tal ambiguidade não pode ser simplesmente eliminada por meio da discriminação entre formas “boas” ou “más” do fenômeno. Juntando a concepção de Nairn com o tratamento da relação entre ideologia e discurso, proposta por Laclau, tem-se que o nacionalismo sempre cobre um amplo espectro de possibilidades ideológicas, dependendo os resultados de sua articulação com outros elementos discursivos.

Retornando ao objeto deste artigo, o nacionalismo produzido e reproduzido na rede CAL-WACL encontraria no anticomunismo justamente seu “ponto de articulação¹⁴” com outros elementos discursivos, como o apelo ao tradicionalismo religioso, a uma visão rigidamente hierárquica da sociedade, e a uma defesa intransigente da propriedade privada, constituindo uma formação discursiva, mais do que conservadora, propriamente reacionária, guardando importantes continuidades com as tradições da extrema-direita anteriores à II. Guerra Mundial. Contudo, como se verá na próxima seção, isso não impediu, em determinadas conjunturas, que essa variante do nacionalismo assumisse certas semelhanças discursivas justamente com os inimigos que pretendia combater.

¹⁴ Para o conceito de “ponto de articulação” como elemento de condensação de uma formação discursiva, que lhe conferiria sentido ideológico e a vincularia a uma ou mais classes sociais, cf. (Laclau, 1977, pp. 101-102).

3. A segurança nacional e seus inimigos

Como se viu na introdução, a proposta de resolução, apresentada pelo capítulo paraguaio da CAL ao XII. Congresso da WACL, faz um duplo movimento no que concerne à questão nacional: por um lado, demarca o antagonismo entre a soberania nacional e o “imperialismo comunista”, entendido como incompatível com a própria existência das nações, e estabelece uma clara hierarquia entre estas últimas, enquanto coletividades, e os Direitos Humanos individuais. Daí a proposta, formulada ao final do documento, de alterar a Carta fundacional da ONU, estabelecendo a superioridade dos direitos das nações *vis-a-vis* os direitos dos indivíduos.

Desse modo, se revela no documento uma certa concepção acerca da nação, entendida como um todo “orgânico”, com vida própria que, em nome de sua autoconservação, não poderia admitir divisões internas. Eis aí o motivo da rejeição simultânea, tanto do internacionalismo comunista, como do universalismo liberal dos Direitos Humanos, entendidos ambos como ameaças à soberania e à integridade nacionais.

Esse entendimento sobre a nação possuía uma tradição relativamente longa, remetendo aos diferentes matizes da extrema-direita do período “entre guerras”, nas décadas de 1920-1930. Como foi abordado na seção anterior, diversas agrupações que vieram a se integrar à rede conformada pela CAL-WACL remetiam suas origens ao integrista católico, caso dos *Tecos* de Guadalajara, ou mesmo ao nazifascismo, como nos casos dos agrupamentos de nacionalistas antibolcheviques do Leste Europeu. Em que pese suas importantes diferenças, tais correntes ideológicas tinham em comum concepções organicistas da nação, sejam associadas ao primado de um catolicismo tradicionalista, sejam ao de laços de “sangue” e “terra”, quando não de variadas combinações de ambos.¹⁵

¹⁵ Um exemplo é o pensamento do sacerdote e teólogo jesuíta Julio Meinvielle (1905-1973), um dos principais representantes de um “fascismo cristianizado” na Argentina (Finchelstein, 2014, pp. 40-41), referência tanto para a extrema-direita em seu país, caso do Movimento Nacionalista Taquara, como também para os “Tecos”, que

Contudo, no contexto do pós-guerra, tais raízes ideológicas, especialmente no que diz respeito ao fascismo, não podiam ser assumidas de maneira explícita, especialmente quando se tratava de governos ou regimes políticos que deviam buscar certa legitimidade internacional, empregando, para tanto, a linguagem da “democracia” e do “mundo livre”. Nessa direção, um exemplo ilustrativo pode ser encontrado em um boletim, datado de 19 de setembro de 1977, produzido pela “oficina de informações” da CAL, com um clipping de notícias regionais, no qual se fazia o seguinte comentário sobre uma recente visita do general Jorge Rafael Videla, então Presidente da junta militar argentina, aos Estados Unidos:

Explicó el mandatario argentino diversos aspectos de la situación argentina y de la política seguida por su gobierno. Habló de que considera prioritario monopolizar la fuerza ante la agresión de sectores terroristas.

Pero lo que con mayor nitidez se destaca de sus declaraciones, es la afirmación de que su país "no tiene vocación nazi", que no existe antisemitismo en la Argentina, y que por "mutuo acuerdo" (sic) había fijado una entrevista con las autoridades del Comité Judío Norteamericano.

Advirtió, sin embargo, que las personas que han cometido delitos serán juzgadas, no importa cuál es su origen racial. Expresó también que "Hay cosas que no pueden modificarse en un ordenamiento democrático", tales como la propiedad privada, la estructura familiar, la libertad etc. (CAL, 1977d, p. 10)

Nas declarações de Videla, compiladas no boletim a partir da imprensa argentina da época, merece destaque a justificativa da estratégia antissubversiva pela necessidade de reestabelecer o “monopólio da força do Estado, diante da ameaça representada por grupos “terroristas”, em referência clara as guerrilhas que atuavam no país nos anos anteriores ao golpe de 1976, além de inscrever como fundamentos inalteráveis de uma “ordem democrática”, a “propriedade privada” e a “estrutura familiar”. Chama também a atenção a necessidade do ditador argentino de enfatizar que seu país não teria “vocaçao nazista” e não existiria “antisemitismo”, buscando um encontro com representantes da comunidade judaica estado-unidense, fazendo, entretanto, a ressalva de que aqueles que

divulgavam suas obras (Anderson; Anderson, 1986, p. 89). Para as aproximações entre as extremas-direitas argentina e mexicana do pós-guerra, cf. (Ávila, 2015).

tivessem “cometido delitos” seriam “julgados independentemente de sua origem racial”.¹⁶

Claro está, a variedade de nacionalismo, identificável nesse e em outros documentos da CAL e da WACL, não responde apenas às suas raízes fascistas e/ou integristas, mas também a fontes ideológicas mais *mainstream* no universo da Guerra Fria, nomeadamente à assim chamada “doutrina de segurança nacional” (DSN), em suas múltiplas vertentes. Como afirma Marcus Vinicius Ribeiro, a DSN, lastreada nas escolas militares estado-unidense, francesa e, talvez menos conhecida, asiática¹⁷, foi uma das pedras angulares de sustentação ideológica das ditaduras latino-americanas deste período, entrelaçando tanto atores estatais, como da sociedade civil (Ribeiro, 2019, p. 390). No coração da DSN estão as noções de “inimigo interno” e de subversão”, esta última assim definida por um manual de guerra de contrainsurgência do Exército argentino:

Se entenderá por tal, a la acción clandestina o abierta, insidiosa o violenta que busca la alteración o la destrucción de los criterios morales y la forma de vida de un pueblo, con la finalidad de tomar el poder e imponer desde el una nueva forma basada en una escala de valores diferentes. (Junta de Publicaciones del Ejército Argentino, 1976, p.1, Apud Ribeiro, 2019, p. 391)

Como se depreende do trecho acima, o conceito de “subversão” ia muito além de ações armadas diretamente dirigidas contra o Estado, envolvendo qualquer ação que, do ponto de vista das forças de segurança, pudesse representar uma ameaça à “ordem vigente” e a sua “escala de valores”. Assim, não é por acaso que, na alocução acima citada, o general Videla teria afirmado que, em uma “ordem democrática”, haveria elementos, como a propriedade privada ou a família, que não poderiam ser alterados.

Já para a definição do inimigo interno, vale a pena citar a tradução para o espanhol do manual de guerra de contrainsurgência do oficial

¹⁶Segundo Finchelstein (2014, p. 11), ainda que constituíssem menos de 1% da população, os judeus representariam entre 10% e 15% das vítimas da última ditadura argentina. Além disso, (tais vítimas foram submetidas a detenções ilegais, tortura, execuções e desaparecimento forçada, em centros clandestinos, sem qualquer tipo de processo judicial. A propósito, cf. (Verbitsky, 1995).

¹⁷ Taiwan desenvolveu uma doutrina própria de “guerra não convencional”, que difundiu, por meio de programas de treinamento em suas escolas militares, a oficiais de países aliados, como o Paraguai e os regimes reacionários da América Central. Cf. (Anderson; Anderson, 1986).

francês Roger Trinquier, produzido à luz dos conflitos coloniais da Indochina e da Argélia dos anos 1950-1960, e uma importante referência para a DSN na América Latina, nos decênios de 1960-1970:

En la guerra moderna el enemigo no es tan fácil de identificar. No hay frontera física que separe los dos campos. La línea que marca la diferencia entre el amigo y el enemigo puede encontrarse muchas veces en el corazón de la nación, en la misma ciudad donde reside, en el mismo círculo de amigos donde uno se mueve, quizás dentro de su propia familia. Es más bien descubierta si queremos determinar pronto quiénes son en realidad nuestros adversarios y a quienes tenemos que derrotar. (Trinquier, 1981, p. 41, Apud Ribeiro, 2019, p. 394)

Dessa maneira, a guerra teria como “teatro de operações” potencialmente quaisquer esferas da vida social, nas quais “o inimigo” poderia se infiltrar, em especial âmbitos, como as escolas, universidades, igrejas e meios de comunicação, que tivessem por função moldar os valores nos quais se fundamentaria a organização nacional a ser defendida.

Esse conceito, forjado ao calor das guerras coloniais francesas, revela um aparente paradoxo do nacionalismo da rede CAL-WACL, pois ao considerar que a soberania nacional seria permanentemente desafiada por uma força inimiga, infiltrada de maneira camuflada em meio à população, o poder soberano se exerceria contra seu presumível titular: o povo, objeto de permanente vigilância e repressão, quando não de operações de extermínio.

Porém, em seus próprios termos, esse discurso não deixa de ter certa coerência. Em primeiro lugar, seu fundamento não é o ideal democrático do “povo” enquanto o conjunto dos cidadãos, detentor da soberania, mas sim de seu contrário, isto é, as doutrinas contrarrevolucionárias, baseadas nas noções de tradição e hierarquia, amalgamadas à concepção da nação como um todo orgânico, consubstanciada no Estado, na Igreja e na propriedade privada. Em segundo lugar, porque esse nacionalismo contrarrevolucionário, filtrado pela DSN, identifica no “comunismo”, enquanto representação do “inimigo interno”, um “outro” da nação, a ser

dela expelido como condição para restaurar a integridade e a saúde do corpo nacional.

Porém, tal nacionalismo anticomunista podia assumir, no plano do discurso político, um vocabulário curiosamente semelhante ao de seus inimigos. Nesse sentido, um exemplo interessante é fornecido pela seguinte proposta de resolução, adotada pela Comissão de Entidades Cívicas Anticomunistas do III. Congresso da CAL, por iniciativa da delegação boliviana:

1. Como respuesta al comunismo y a los planteamientos de dominio internacional, propiciar en todas las repúblicas hermanas un movimiento político organizado que agrupe a los pueblos, entidades cívicas y políticas, sindicatos, Fuerzas Armadas, instituciones y Gobiernos bajo la doctrina del NACIONALISMO HUMANO ~ NISTA LATINOAMERICANO.
2. Señalar y definir los grandes principios políticos del nacionalismo humanista como doctrina nacional al servicio fundamental del hombre latinoamericano, a fin de unificar los principios rectores, los objetivos y finalidades del movimiento, para movilizar integralmente la voluntad de los pueblos y de cada uno de los sectores, para constituir el más poderoso frente latinoamericano capaz de oponerse triunfalmente a todas las amenazas del comunismo y de las potencias que pretenden avasallar nuestros valores fundamentales y someternos a la opresión, la miseria y el atraso y trabajar por el bienestar moral y material de todas las naciones y pueblos.
3. Constituir una Comisión Permanente, con representación de cada uno de los países latinoamericanos, a fin de precisar, en el más breve tiempo, los conceptos esenciales del Nacionalista Humanista Latinoamericano, la organización real y efectiva del movimiento nacional y popular en toda Iberoamérica, así como los medios técnicos y económicos que harán posible el éxito y realización de los grandes objetivos por alcanzar. (CAL, 1977a, p. 1)

Se o que chama a atenção em um primeiro momento é a contraposição entre o “comunismo internacional”, expansionista e opressor, e as nações soberanas, merece destaque também a menção reiterada a uma doutrina do “nacionalismo humanista latino-americano”, cujos princípios, a ser melhor definidos, deveriam guiar o movimento anticomunista em escala continental. Esse movimento ainda é definido, ao final do texto, como “nacional e popular”, expressão que, juntamente com o ideário da unidade latino-americana, era uma presença frequente na linguagem de parte das esquerdas regionais da época, pautadas pelo anti-imperialismo. Desse modo, o texto assume uma certa retórica

anti-imperialista e latino-americanista, contrapondo à opressão do comunismo o que seria um movimento continental em defesa da soberania nacional e dos povos.

Ora, essas passagens evidenciam como a linguagem do nacionalismo era, antes de mais nada, um terreno de disputa entre esse setor da extrema-direita e as esquerdas que pretendia combater e eliminar. Como lembra Julieta Rostica (2019), trabalhando com a documentação da CAL, o anti-imperialismo não pertence exclusivamente à esquerda, também podendo ser disputado e apropriado por atores vinculados ao campo ideológico oposto, como, aliás, já se viu na introdução, por meio do uso explícito do termo “imperialismo” para qualificar o comunismo.

Esse “anti-imperialismo da direita”, para tomar emprestada a expressão que dá título ao artigo de Rostica (2019), não era movido apenas pela intenção de devolver aos inimigos a categoria de acusação que empregavam contra si, mas também pela necessidade de fazer frente ao que percebiam como a recente hostilidade daqueles que viam até então como seus maiores aliados e protetores, os Estados Unidos. Afinal, como indicado na seção anterior, a política de Direitos Humanos da administração Carter abriu uma crise entre o governo estado-unidense e as ditaduras de segurança nacional na América Latina, para cuja instalação havia colaborado tão ativamente. Tal mudança de posição foi percebida por seus antigos sócios anticomunistas latino-americanos como uma autêntica traição.

Esse tom é perceptível em diversas alocações e documentos da CAL-WACL nesse período, como pode ser bem ilustrado pela seguinte proposta de resolução, também apresentada pela delegação boliviana ao III. Congresso da CAL e aprovada na assembleia final do encontro, no dia 30 de março de 1977:

1. Denunciar ante la opinión sensata y democrática del pueblo norteamericano, la conducta equivocada del Presidente Carter, conducta que beneficia al comunismo en su constante agresión a los pueblos libres y contribuirá a la dominación roja de nuevas naciones.
2. Alertar a las Fuerzas Armadas norteamericanas sobre el grave peligro que significa para el mundo democrático y para el destino

de los Estados Unidos de Norteamérica el debilitamiento de la defensa de los países sudamericanos ante la permanente acechanza del comunismo.

3. Pedir a todos los gobiernos nacionalistas y democráticos de Latinoamérica que formen un solo bloque de naciones anticomunistas para defenderse en conjunto de esta nueva forma de agresión a su soberanía y a su independencia política. (CAL, 1977b, p. 1)

Assim, a CAL se propunha a denunciar aos setores da opinião pública estado-unidense, qualificados como “sensatos” e “democráticos”, bem como as próprias Forças Armadas do vizinho do norte, os perigos para a defesa hemisférica e do mundo livre em geral que representaria a equivocada política exterior de Carter, que só poderia beneficiar a “expansão vermelha” na região. Contra essa “nova ameaça a sua soberania e independência” os governos do continente, qualificados como “nacionalistas” e “democráticos”, deveriam formar um só bloco de nações anticomunistas e garantir sua própria defesa mútua.

Essa espécie de brado anti-imperialista de extrema-direita, voltado ao mesmo tempo contra Moscou e Washington, fica ainda mais patente em uma outra proposta de resolução, também apresentada à plenária do referido congresso, desta vez pela delegação argentina:

1. Que se recomiende a los países de América Latina a través de sus gobiernos, así como a los países en vías de desarrollo, que limiten en cuanto les sea posible, sus operaciones comerciales con Estados Unidos y con los países comunistas (...).

2. Que las naciones de América Latina y en general todas aquellas que luchan por su desarrollo, promuevan como compensación y para contrarrestar la acción de la mafia de los consorcios internacionales y la explotación de que son objeto de las finanzas de Estados Unidos como de la Unión Soviética, un comercio intenso con naciones de sólida economía, como Francia, Alemania Federal, Japón, etcétera, tratando directamente con los productores.

3. Que América Latina, para contrarrestar la aberrante maniobra del gendarme de los derechos humanos al servicio del comunismo internacional James Carter, busque alianzas económicas y políticas al margen de los consorcios internacionales que se manejan desde los Estados Unidos y al margen también del comunismo-internacional con sede en Moscú, como única forma para lograr la defensa de los productos básicos, y para evitar mediante arreglos con otros países (...), caer en la dependencia de los soviéticos adquiriendo armamento y otras ayudas en otras fuentes ajenas a Rusia y Estados Unidos.

4. Que los países de América Latina expongan la verdadera naturaleza del chantaje y extorsión del hipócrita James Carter, al querer hacer caer a Iberoamérica en la nefasta telaraña marxista, (...). (CAL, 1977c, p.1)

Desse modo, diante do que qualificavam como “chantagem” e “hipocrisia” da política de Carter, que só poderia ter por objetivo fazer a região cair na “teia de aranha marxista”, os redatores do documento exortavam os países latino-americanos em particular, e aqueles em desenvolvimento, em geral, a diminuir o quanto fosse possível sua “dependência” das finanças, dos “consórcios internacionais” e do fornecimento de armamentos, tanto dos Estados Unidos, como da União Soviética. O emprego na resolução de expressões como “dependência” e “exploração” – mais uma vez, encontráveis em discursos de esquerda – evidencia aquilo que Ernesto Bohoslavsky (2019, p. 166), abordando o IV. Congresso da entidade, celebrado em Buenos Aires em 1980, chamou de “súbito amor de verão” da extrema-direita da CAL com o “anti-imperialismo”, sem que se reduzisse em nada seu anticomunismo, que seguiu sendo a base ideológica das ditaduras latino-americanas.

4 Considerações finais

Um caso peculiar desse entrelaçamento entre retórica anti-imperialista e discurso anticomunista pode ser encontrado na Circular 03/1982, da Secretaria geral da CAL a seus integrantes, que tratava da Guerra das Malvinas, opondo a Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher, e a Argentina, sob a ditadura militar. O documento, redigido pelo secretário-geral da entidade, o mexicano Rafael Rodríguez, após lamentar que o conflito se produzisse “entre dois países-chave para a defesa ocidental” (CAL, 1982, p. 1), procurava sustentar as razões argentinas, ao mesmo tempo em que alertava para as tentativas dos comunistas de tirar proveito da guerra para atacar a junta militar. Como evidências disso, a carta-circular enumerava os seguintes pontos:

- 1) El activismo desplegado por los marxistas en las manifestaciones populares de respaldo a la Argentina, exhibiendo se cómo campeones de un anticolonialismo que no practican y atacando a la Junta de Gobierno con propósito de derrocarla.

- 2) Propaganda de prensa, radio y TV en numerosas - ciudades de América Latina, Estados Unidos y Europa expresando su apoyo al acto de recuperación de las Islas Malvinas a - la vez que repiten acusaciones contra la Junta de Gobierno como responsable por miles de ciudadanos desaparecidos.
- 3) El encuentro entre Breznev y el líder sandinista Daniel Ortega Saavedra en que abordaron el tema Malvinas y sus posteriores ofrecimientos pro argentinos.
- 4) La intensa campaña de los gobiernos cubano y nicaragüense para estructurar una nueva alianza de Estados Americanos con exclusión de los Estados Unidos pero con sensible preminencia de la izquierda marxista continental.
- 5) La intensidad del apoyo que hoy brindan a Argentina gobiernos que fueron sus enemigos declarados antes del 2 de abril, cómo Panamá, Costa Rica y México que fueron claves para la entrega de Nicaragua al comunismo y el intento de hacer lo mismo con El Salvador y Guatemala.
- 6) Esta campaña comunista debe tener nexos, a su vez con quienes en Londres decidieron entregar al oficial prisionero Astiz a los gobiernos de Suecia y Francia para ser sometido a interrogatorios en relación a la lucha subversiva; hecho confirmado pero aún no dado a publicidad. (CAL, 1982, p. 2)¹⁸

No trecho acima, Rodríguez associa as ações e tomadas de posição de atores de diferentes âmbitos – a oposição argentina, a imprensa latino-americana e europeia, governos socialistas, como o soviético, o nicaraguense ou o cubano, outros governos latino-americanos, como o do México ou da Costa Rica, e até funcionários do governo conservador inglês – a uma conspiração comunista internacional para derrubar o regime militar, ao mesmo tempo aproveitando-se de sua causa nacional e acusando-o de violações aos Direitos Humanos. Mais uma vez, reencontra-se a vinculação, presente em outros documentos aqui examinados, entre a pauta dos Direitos Humanos e o “comunismo internacional”, em oposição a governos nacionalistas, que pretenderiam salvaguardar sua soberania, nesse caso, tanto no sentido da recuperação de um território ocupado por uma potência estrangeira, como também no da luta contra a subversão.

¹⁸ Trata-se do Capitão de corveta Alfredo Ignacio Astiz (1951-), apelidado de “o anjo da morte”, o mais notório torcionário durante a ditadura argentina, atuante na Escuela Superior de Mecánica de la Armada (ESMA), um dos principais centros clandestinos de tortura e desaparecimento do regime. O texto faz referência ao pleito da França e da Suécia para julgá-lo pela tortura e desaparecimento das religiosas francesas Alice Dumon e Leonie Duquet e da estudante sueca Dagmar Hagelin. Ao contrário do que afirmava Rodríguez, o governo de Thatcher não o entregou a nenhum dos dois países, devolvendo-o a Argentina aonde, após a ditadura, passaria por diferentes julgamentos, sendo por fim condenado à prisão perpétua por crimes de lesa-humanidade. Para as operações de desaparecimento na ESMA, cf. (Verbitsky, 1995).

Além da já discutida disputa da questão nacional com os comunistas e as esquerdas em geral, chama a atenção como o discurso da CAL, mesmo ao defender um país latino-americano no momento em que tinha por inimigo externo uma das principais potências ocidentais,, não deixa de enfatizar a prioridade da lógica do “inimigo interno” anteriormente abordada, patente na defesa da atuação no que denomina como “luta subversiva” de um oficial da marinha argentina, acusado de crimes de lesa-humanidade. Assim, mesmo quando o nacionalismo de extrema-direita encontra com o de esquerda um terreno comum, a defesa da soberania territorial, não deixa de se demarcar em relação a seu antagonista, revelando a prioridade dada ao combate do “inimigo interno”, isto é, uma parte da própria população.

Aqui, o discurso ideológico da rede CAL-WACL em torno da nação e do nacionalismo, em que pese possuir certa consistência ou coerência interna, exhibe seu caráter contraditório, em especial no que diz respeito às suas consequências para as comunidades nacionais que pretendia defender. Tencionado, de um lado, pela adesão irrestrita as fronteiras ideológicas da Guerra Fria, e, de outro, pela afirmação da primazia da nação, entendida como um organismo que não admitiria divisões, o discurso ideológico dessa extrema-direita latino-americana encontrou na DSN o denominador comum que possibilitava compatibilizar ambas exigências.

Contudo, quando as reviravoltas em sua política externa levaram os EUA a dar mais importância aos direitos humanos em suas relações com a América Latina, os regimes de segurança nacional, representados na rede CAL-WACL, não podiam senão reagir reforçando o polo nacional da equação, aproximando-se, paradoxalmente, de alguns elementos discursivos adotados pelo inimigo que tanto combatiam. O limite, evidentemente, seguia sendo o anticomunismo, como ponto de articulação que conferia coesão à formação discursiva, limitando sempre o alcance do antagonismo com os países centrais e vetando alianças com setores que pudessem ter qualquer aparência de esquerda. Sejam quais

forem as inconsistências internas desse discurso ideológico, não o impediram, como de resto sucede com as ideologias em geral, de ser eficaz enquanto tal, legitimando a repressão das ditaduras sul e centro-americanas do período.

Fontes

CAL. “Acuerdo presentado por la comisión de entidades cívicas anticomunistas”. III. Congreso, Asunción (Paraguay), 28-30/3/1977. Oficina de documentación RRCFC. 0009-SF 0075. Centro de Documentación y Archivo Para la Defensa de los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1977^a.

CAL. “Acuerdo presentado por la comisión plenaria”. III. Congreso, Asunción (Paraguay), 28-30/3/1977. Oficina de documentación RRCFC. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de La Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1977b.

CAL. “Acuerdo presentado por la comisión plenaria”. III. Congreso, Asunción (Paraguay), 28-30/3/1977. Oficina de documentación RRCFC. 00084F 9028. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1977c.

CAL. Boletín no. 2/19/9/1977. Oficina de información RRC. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA), de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1977d.

CAL. Circular no. 03/82. R00076f1897/1899, Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1982.

CAL, Circular no. 02/84, 26/03/1984. R0019f00552/58. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1984.

CAL. Resolución Aprobada por La Comisión de Entidades Cívicas Anticomunistas, presentada por la Federación Mexicana Anticomunista (FEMACO). II. Congreso de la C.A.L. R00094F-1102. Centro de Documentación y Archivo Para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, 1975.

WACL. Capítulo Paraguay – Proyecto de resolución. XII. Congreso Mundial Anticomunista, Asunción (Paraguay), 05-09/04/1979. 00108F 1589/90. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1979^a.

WACL. "Delegación de Guatemala, Partido Movimiento de Liberación Nacional". XII. Congreso Mundial Anticomunista, Asunción (Paraguay), 5-9/04/1979. 000108 F 1588. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1979b.

WACL. "El Desarrollo de La WACL y La APACL". 00010f-1841/44. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos de La Suprema Corte de Justicia del Paraguay, 1974.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVICI, Pierre. The World Anticommunist League: origins, structures and activities. In. VAN DONGEN, L., ROULIN, S. et al (org.). **Transnational Anticommunism and The Cold War: agents, activities and networks**. London: Palgrave/Macmillan, 2014, p. 113-130.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: origens e difusão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 1993.

ANDERSON, Scott; ANDERSON, John Lee. **Inside the league: the shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads infiltrated the World Anticommunist League**. New York: Don, Mead and Company, 1986.

ÁVILA, Luís Herrán. Las Guerrillas Blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en Argentina y México (1954-1972). **Quinto Sol**, v. 19, n. 1, p. 1-26, 2015.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. El IV. Congreso de La Confederación Anticomunista Latinoamericana (Buenos Aires, 1980). **Almanaque Histórico Latino Americano**. p. 164-184, Moscú, 2019.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Os congressos anticomunistas da

América Latina (1954-1958): redes, sentidos e tensões na primeira guerra fria. In. BOHOSLAVSKY, E. MOTTA, R. P. S. e BOISARD, S. (org.). **Pensar As Direitas Na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2018.

BRAGA, Leonardo Marmontel. Operação Condor: a internacionalização do terror. **Estudios Avanzados**, n. 21, p. 111-136. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, junio/2014.

CALLONI, Stella. **Operación Condor – pacto criminal**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2016.

CÂNON VOYRIN, José Lisardo. La Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC). **Rúbrica Contemporánea**. v. 6, n. 12, p. 79-99, 2017.

DURHAM, Martin; POWER, Margareth. **New Perspectives On The Transnational Wright**. New York: Palgrave-Macmillan, 2010.

FINCHELSTEIN, Federico. **The Ideological Origins of The Dirty War: fascism, populism, antisemitism and dictatorship in 20th century Argentina**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GRANDIN, Greg. **The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War**. Chicago/London: Chicago University Press, 2004.

KAYSEL, André. "As Ideias da Guerra Fria, A Guerra Fria nas Ideias: apontamentos sobre a transnacionalização do discurso político a partir dos casos da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) e da Liga Mundial Anticomunista (WACL) (1972-1984)". *Wirapuru: revista latino-americana de estudios de las ideas*. No. 5. Santiago de Chile: USACH, 2022.

LACLAU, Ernesto. **Ideology and politics in marxist theory: capitalism, fascism and populism**. London: New Left Review Books, 1977.

LOPEZ MACEDÓNIO, Mónica Naimich. Historia de Una Colaboración Anticomunista Transnacional – Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chang Kai-chek a principios de los años setenta. **Contemporánea – historia y problemas del siglo XX**, v. 1, año 1, p. 133-158, México D. F., 2010.

LOPEZ MACEDÓNIO, Mónica Naimich. Una Visita Desesperada: la Liga Mundial Anticomunista en México. **Journal of Iberian and Latin American Studies**, v. 12, n. 2, p. 91-124, 2006.

MACHADO, Rodolfo Costa. Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da Guerra Fria: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL). **Verenotio – revista online de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 23, n. 2, p. 323-357, 2017.

MACHADO, Rodolfo Costa.; REZENDE, Claudinei Cássio de. Aninhando o ovo do Condor: o "capítulo" brasileiro da Confederação Anticomunista Latinoamericana, cogestora das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1971-1974). **Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, v. 18, n. 1, p. 110-128, 2019. Recuperado de <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10179>

MANKE, Alfred et al. Conceptual Readings into the Cold War: Towards Transnational Approaches from the Perspective of Latin American Studies in Eastern and Western Europe. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, p. 203-218. Rio de Janeiro: janeiro/abril, 2017.

MARCHESI, Aldo. Escribiendo La Guerra Fría Latinoamericana: entre el sur "local" y el norte "global". **Estudos Históricos**. v. 30, n. 60, p. 187-202. Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra O Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

NAIRN, Tom. **The Brake-Up of Britain: crisis and neo-nationalism**, 2. ed. London: Verso, 1981.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. **A história da confederação anticomunista latino Americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)**. Tese (doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2018a.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. A Liga Mundial Anticomunista e a Confederação Anticomunista Latinoamericana: um caso de cooperação anticomunista intercontinental na América Latina (1972-1977). **Saeculum – Revista de História**, n. 39, p. 1-16, 2018.

RIBEIRO, Marcus Vinicius. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Cone Sul. **Revista História: Debates E Tendências**, v. 19, n. 3, p. 384-401, 2019. <https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9863>

ROSTICA, Julieta Carla. El Antiimperialismo de La Derecha: La Confederación Anticomunista Latinoamericana (1972-1980). **XIII. Jornadas de Sociología**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2019. Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-023/297>. Acceso en 04/10/2021.

ROSTICA, Julieta Carla. La Confederación Anticomunista Latinoamericana: las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). **Desafíos**, v. 30, n. 1, p. 309-347, 2018.

ROSTICA, Julieta. La Transnacionalización de Las Ideas: la escuela antisubversiva de Argentina a Guatemala. **Diálogos: revista electrónica de historia (en línea)**, v. 19, n. 2, p. 170-197, 2018. Disponible en: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-469X2018000200170&lng=en&nrm=iso. Accedido en 27/11/21 as 11:23h.

SOLER, Lorena Marina. Redes y Organizaciones Anticomunistas en Paraguay. La XII Conferencia Anual de la Liga Anticomunista Mundial, realizada en Asunción en 1979. **Revista Páginas**, año 10, n. 24, p. 55-73, septiembre/diciembre, 2018.

VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo**, 2. ed. Buenos Aires: Planeta, 1995.